

BLETIM CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • abril de 2017



Conselho Político Ampliado debate pauta prioritária para 2017



Família Municipalista



Visitas de prefeitos à CNM – 1ª quinzena de março



Açailândia (MA), Juscelino Oliveira



Andradás (MG), Rodrigo Lopes



Bonito de Minas (MG), José Reis



Capinópolis (MG), Cleidimar Zanotto



Cássia (MG), Marco Arantes



Cocal de Telha (PI), Ana Célia da Costa



Comitiva de prefeitos do Pará (PA)



Ipiacu (MG), Leandro Luiz de Oliveira



Grão Pará (SC), Márcio Borba



Santa Bárbara (MG), Lérés Felisberto Braga

Natividade da Serra (SP),
Maria de Lurdes Carvalho

Três Fronteiras (SP), Rubens José Belão



Dom Basílio (BA), Roberval Meire



Monte Castelo (SP), José Nilton da Silva



Santa Maria (RN), Pedro Henrique Oliveira



Tapurah (MT), Iraldo Ebertz (à esq.)



Cacimba de Areia (PB), Paulo Rogério Campos (esq.), e Maturéia (PB), José Pereira



Araguatins (TO), Claudio Santana



Comitiva de prefeitos paulistas (SP)

ERRATA

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que dispõe sobre legitimidade de entidade de representação de Municípios, de âmbito nacional, propõe ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e ação declaratória de constitucionalidade (ADC)

tramita sob o número 253/2016 na Câmara dos Deputados. Quando foi aprovada no Senado, seu número era 73/2015.

Na matéria “CNM define pauta prioritária para estratégias de ação no Congresso em 2017”;

da edição de março do Boletim CNM, o número da proposição foi invertido. Apesar de estar em trâmite na Câmara, a PEC foi identificada com a numeração do Senado.

Entrevista



Conto com apoio de todos municipalistas para aprovação da reforma tributária, diz Hauly

Atual relator da Comissão Especial da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados e representante com reconhecido envolvimento em ganhos municipalistas, principalmente no âmbito financeiro, o deputado federal Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) conversou com a *Agência CNM* sobre sua proposta, que, entre as ações previstas, direciona todos os impostos patrimoniais aos Municípios.

O parlamentar também propõe a criação do chamado Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), que unifica tributos de consumo e produção. A arrecadação seria entregue aos Estados e aos Municípios em que vive o consumidor que pagou o referido imposto. Atualmente, a receita de alguns desses impostos não é canalizada para Estados e Municípios consumidores, mas para os produtores. Esse critério provoca uma grande distorção financeira, ao concentrar um volume de recursos desproporcionalmente elevado a Municípios produtores, que costumam ser maiores, e pouco chega aos menores, mesmo sendo consumidores.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) defende a criação do IVA, com distribuição a todos os Entes da Federação, respeitando o princípio da neutralidade. A entidade também está de acordo com a proposta de que os impostos sobre patrimônio fiquem sob responsabilidade dos Municípios, mas com uma legislação nacional que uniformize as alíquotas e os procedimentos de apuração do imposto.

Por que é importante abraçar as causas do movimento municipalista?

Deputado Luiz Carlos Hauly – O Município é o que há de concreto, já dizia o doutor Ulysses (Guimarães), Estado e União são abstratos. A população não mora no Estado nem no país, mora no Município. Tenho 45 anos de luta municipalista, como vereador, prefeito, secretário de Estado e sete mandatos de deputado federal, sempre em defesa dos Municípios e da descentralização no Brasil.

Como fazer com que os pleitos municipalistas sejam atendidos no Congresso?

Deputado Luiz Carlos Hauly – É preciso uma conscientização. O Congresso, com 513 deputados e 81 senadores, tem de estar fazendo permanentemente campanha pelas causas municipalistas,



Ag. Câmara

em todos os segmentos. Nós temos 2,5 mil tipos de lobbys dentro do Congresso, lobbys legítimos. Segmentos como auditores, prefeitos, com terra e sem-terras, indústria, comércio, serviço e todos correm para Brasília. Se você não estiver o tempo todo ali cobrando, você é passado para trás.

Como melhorar a divisão do bolo tributário no Brasil?

Deputado Luiz Carlos Hauly – Lutar pelo pacto federativo. É pelo pacto federativo que será feita uma nova partilha dos recursos.

Quanto à reforma tributária que o senhor está relatando, ela pode beneficiar os Municípios?

Deputado Luiz Carlos Hauly – Na reforma tributária, vamos assegurar todos os valores e ainda dar um “plus” nos Municípios, os impostos patrimoniais irão todos para os Municípios, inclusive o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), que é federal, e o transmissão causa mortis (ITCMD), que hoje é do Estado. Além do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que irá 100% para os Municípios. Os cinco tributos de propriedade ficariam para os Municípios.

Há outras alterações?

Deputado Luiz Carlos Hauly – Sim. Quero assegurar que a reforma é estruturante. É a mais importante de todas as reformas, porque vai fazer

o Brasil voltar a crescer, gerar os empregos perdidos, recuperar os salários perdidos, as empresas progredirem e as receitas de Municípios, Estados e União voltarem. Este projeto de reforma é um sonho de 30 anos e está em minhas mãos. Eu conheço, estudo essa matéria e participei de todas as relatorias. A hora é agora, não há outra oportunidade a não ser esta. Ou fazemos a reforma tributária este ano ou vamos perder essa janela.

O senhor acha que o apoio dos Municípios pode ajudar na aprovação da reforma?

Deputado Luiz Carlos Hauly – O momento é crucial e decisivo para a história do Brasil. Estou aqui exatamente para contar com o apoio de todos os municipalistas, de todos os prefeitos, vereadores, vice-prefeitos, secretários de Fazenda de todo o país para ajudar a aprovar a reforma tributária.

Ag. CNM: E como o senhor vê o ambiente no Congresso para aprovação da matéria?

Deputado Luiz Carlos Hauly – Sou um otimista inveterado. Estamos em campanha pela aprovação do nosso projeto. Não queremos fatiamento, não queremos “meia sola”. O governo mais uma vez segue uma orientação equivocada, ele quer consertar os seus impostos, Estado e Municípios, ele está se lixando. É por isso que essa reforma tributária salva o país, salva os trabalhadores empregados que perderam renda, salva os Estados, os Municípios e o Brasil.



Institucional



Conselho Político Ampliado debate pauta prioritária para 2017

Foto: Agência CNM

“É preciso unificar o movimento municipalista.” A afirmação foi feita pelo presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, durante reunião do Conselho Político Ampliado. Ele debateu junto aos cerca de 200 gestores municipais, dentre presidentes de entidades municipalistas estaduais e microrregionais, a pauta municipalista prioritária para 2017. O encontro fez parte da Semana Municipalista em Brasília.

Durante o encontro, realizado no dia 7 de março, Ziulkoski falou sobre estratégias a serem adotadas em relação aos principais projetos de interesse dos Municípios em tramitação nos três Poderes, especialmente no Legislativo. **“É possível achar um deputado por Estado que passe a defender e a assumir uma pauta nossa? Hoje, quem tem força é o Congresso. Por que o deputado não pode nos ajudar um pouco?”**, questionou aos gestores.

O primeiro item apresentado durante o conselho foi a derrubada do veto ao projeto que trata do Imposto sobre Serviços (ISS). “Quero mostrar a importância da derrubada do veto. Por que vocês acham que foi vetado? É de interesse de quem?”, alertou Ziulkoski. A entidade mostrou que o imposto foi o que mais cresceu de 2003 até hoje. Estimativas da Confederação apontam que a derrubada do veto garantirá a redistribuição de aproximadamente R\$ 6 bilhões por ano aos Municípios.

Ziulkoski cobrou o envolvimento dos gestores municipais em relação a matérias que trazem impacto a todos os Municípios e que podem aliviar a difícil situação financeira enfrentada pelas prefeituras, como no caso do ISS. “Os prefeitos precisam participar desse debate. Não precisa sair do Município, mas entrar em contato com o parlamentar dele. Por que não nos ajuda a derrubar a lei? Temos de fazer a nossa parte”, alertou.

O presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM-MT), Neurilan Fraga, reforçou esse pedido. Ele agradeceu a atuação da CNM e lembrou de algumas conquistas obtidas por meio do movimento municipalista. “Nós precisamos criar um sentimento municipalista e levar isso para os prefeitos. O presidente Paulo sempre está destacando isso e ele tem razão”, disse.

Outro projeto debatido foi o que trata da repatriação. O Projeto de Lei do Senado 405/2016 – que garante a fatia de 24,5% do total arrecadado aos Municí-

pios – está na pauta do Senado Federal. A CNM conseguiu incluir os Municípios na lei de forma expressa. “Se estima algo em torno de R\$ 10 bilhões, exatamente o que receberam os prefeitos no exercício anterior”, afirmou o líder municipalista.

A dívida previdenciária também foi destaque durante o encontro. “Esse é um tema que merece muita atenção. Não adianta o prefeito correr atrás de emendas. Eu tenho esse discurso há tempo, mas não adianta. Cerca de cinco mil Municípios do Brasil têm dívidas previdenciárias, chegando a R\$ 100 bilhões. São essas as mudanças que os prefeitos devem buscar”, disse Ziulkoski.

Os gestores falaram, ainda, sobre o Piso Nacional do Magistério. A proposta da entidade é alterar o índice de reajuste do piso para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). De 2010 a 2017, o piso passou de R\$ 1.024,00 para R\$ 2.298,83, um aumento de 124,49%. Enquanto isso, o salário mínimo cresceu 83,72% e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), fonte de recursos para o pagamento do piso, aumentou 61%.

“O governo usa dois pesos e duas medidas. Para eles, utiliza-se a inflação. Para nós, é outro critério. Temos de mudar isso agora.” Sobre o assunto, o segundo-secretário da CNM, Marcelo Beltrão, falou acerca da situação do Estado de Alagoas. “A maioria dos Municípios de Alagoas usa 100% do Fundeb para o pagamento da folha. O Fundeb está falido”, disse.

O último item da pauta falou sobre os projetos que se referem aos consórcios e aos resíduos sólidos. “Esse é um assunto grave para o prefeito, porque ele vai responder na justiça. É uma pauta importante. Será que vamos conseguir mobilizar os prefeitos a buscarem essa mudança?”, questionou Ziulkoski.

O presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), José Patriota, ressaltou a gravidade da situação. “O Ministério Público já vem apertando. Já ultrapassamos o prazo que a lei deu para fazer a adequação. O MP fez um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e pediu para que nós assinássemos lá em Pernambuco, mas o documento tinha questões ruins aos Municípios. Quando pedimos para chamar o Ministério do Meio Ambiente para assinar um TAC, o Ministério Público não teve a mesma força”, disse.

Finanças



VITÓRIA MUNICIPALISTA

Senado aprova repatriação e matéria vai à sanção presidencial

O Senado Federal aprovou o projeto que reabre prazo para legalização de ativos remetidos ao exterior sem a devida declaração à Receita Federal. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) considera a aprovação uma vitória municipalista, tendo em vista que a entidade se mobilizou intensamente para que a partilha do montante arrecadado fosse expressa na redação do projeto.

Na proposição aprovada já consta como será a divisão de recursos arrecadados com as multas e os impostos entre a União, os Estados e os Municípios. Do montante arrecadado com a multa, 46% serão repassados aos Estados e aos Municípios por meio dos fundos de participação. O restante fica com a União. Agora, o texto do projeto será remetido ao Planalto para sanção presidencial. A CNM pede atuação dos gestores para articulação com seus representantes, a fim de provocar uma célere aprovação da Presidência da República à lei, sem veto.

Este projeto corresponde a uma segunda rodada da repatriação. O texto começou a tramitar no Senado, sob forma do Projeto de Lei do Senado (PLS) 405/2016. O projeto da Casa inaugural sofreu algumas alterações na Câmara. Foi retirada do texto a possibilidade de os parentes dos parlamentares aderirem à repatriação. Além disso, o então relator da proposta, Alexandre Baldy (PTN-GO), definiu os valores a serem pagos pelos interessados em repatriar os recursos em: 15% de imposto e 20,25% de multa (ou 135% do imposto pago). Como houve alterações no conteúdo do projeto, a matéria voltou para o Senado para passar novamente pelo crivo dos senadores, que votaram em consonância com a Câmara.

Além disso, o texto aprovado estabelece prazo de 120 dias para a repatriação, contados após 30 dias da publicação da futura lei. O projeto determina que, do total dos recursos arrecadados com a multa, 46% sejam divididos com Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme a Consti-



tuição prevê para os fundos constitucionais. Essa divisão reflete a conquista da Confederação junto à presidência e ao Plenário do Senado ao final de 2016 de participação dos Municípios na multa.

Entenda o pleito municipalista

A intenção de realizar uma repatriação de recursos surgiu sob a justificativa de ser uma forma de ajuste fiscal e receita para equilibrar as contas públicas. À época, o governo federal, chefiado pela então presidente Dilma Rousseff, comprometeu-se a dividir 30% do total arrecadado com os outros Entes da Federação.

Porém, assim que a pauta foi aprovada pelo Congresso Nacional, os trechos que permitiriam a partilha foram vetados na sanção presidencial, retirando dos Estados e dos Municípios a metade dos recursos, a fim de aumentar o valor arrecadado pela União.

Sendo assim, dos R\$ 46 bilhões conquistados com a multa e os impostos da repatriação, os Municípios teriam apenas o direito ao montante angariado com o Imposto de Renda, que corresponderia a R\$ 5,26 bilhões. Tal valor foi incorporado ao Fundo de Participação de Municípios (FPM) e pago ao longo do ano passado.

Vitórias municipalistas

Embasada por uma vitória de ação judicial que pedia o percentual arrecadado com a multa, pelo governador do Piauí, Wellington Dias, a CNM incentivou os prefeitos a fazerem o mesmo: ingressar com ações judiciais para se valerem do direito à verba. De acordo com pesquisa realizada pela Confederação, mais de duas mil ações foram apresentadas à Justiça.

A intensa mobilização do movimento municipalista levou a então presidente a encaminhar uma nova medida provisória ao Congresso Nacional (MP 753/2016), que garantia aos outros Entes o repasse do valor da multa. A medida logo foi aprovada pelos parlamentares e, posteriormente, sancionada no dia 19 de dezembro de 2016.

No entanto, o texto da publicação previa aos Estados o repasse imediato dos recursos, já para os Municípios, a redistribuição seria feita apenas a partir do dia 1º de janeiro de 2017. Mais uma vez, a atuação municipalista garantiu outra vitória aos Municípios: a data foi antecipada. No dia 30 de dezembro, os R\$ 5 bilhões restantes, advindos da multa da repatriação, foram depositados nas contas das prefeituras brasileiras.

Movimento Municipalista

Parlamentares marcam presença em almoço co

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) promoveu um almoço com parlamentares durante a reunião do Conselho Político Ampliado da Semana Municipalista que reuniu nove senadores e 26 deputados. Alguns participantes fizeram pronunciamentos e se comprometeram a trabalhar em prol da aprovação da pauta municipalista prioritária, que tramita no Congresso Nacional.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, também expôs os pleitos dos Municípios em apreciação nas Casas legislativas. “A nossa pauta envolve as reformas em debate no Congresso – tributária, trabalhista e previdenciária. Além dos projetos como a derrubada do veto do Imposto Sobre Serviços (ISS); a Repatriação; a questão do endividamento previdenciário; dos precatórios; do piso do magistério, entre outras. Isso engloba uma série de ações que devem ser enfrentadas pelos novos prefeitos”, disse o líder municipalista.

Ao relembrar a consagrada fala do constituinte Ulysses Guimarães, de que ninguém vive na União, os parlamentares recorreram aos argumentos de que o único Ente concreto da Federação é o Município; no entanto, ele é considerado o “primo pobre” das esferas da administração pública. Cada ano com mais responsabilidades e programas de origem federal, porém municipalizados, os recursos não chegam concomitantemente com suas obrigações, o que faz dos montantes insuficientes para cumpri-las.



Deputado Herculano Passos (PSD-SP)

“Sou aqui um representante dos Municípios no Congresso, até porque minha história é de ser vereador, prefeito e depois deputado. Eu tenho um compromisso com as prefeituras para que a gente possa fortalecer o Município.”



Senador Dalírio Beber (PSDB-SC)

“Se nós tivéssemos garantido a partilha do bolo tributário que foi realizado pelos constituintes, com certeza os Municípios poderiam estar em condições de dar um atendimento muito maior às demandas das suas comunidades.”



Deputada Raquel Muniz (PSD-MG)

“Na Câmara dos Deputados, a gente pode ajudar muito. O diálogo da pauta municipalista tem de ser aberto com os líderes partidários, e, também, os prefeitos têm de mobilizar a sua base.”



Deputado João Arruda (PMDB-PR)

“Os prefeitos têm de ter a compreensão de que ajudar os Municípios do Brasil não é simplesmente indicar uma emenda. É preciso fazer mais: nós precisamos criar uma legislação que dê mais independência e autonomia aos Municípios.”



Deputado Weverton Rocha (PDT-MA)

“Não existe política pública se não tiver dinheiro. E hoje o dinheiro é concentrado justamente onde a vida não acontece, a vida de verdade acontece nos Municípios. Nós estaremos trabalhando justamente neste sentido, de fortalecer essas políticas (de divisão de recurso) e somando forças.”



Deputado Danilo Forte (PSB-CE)

“Temos uma compreensão muito clara que fortalecendo as ações nos Municípios a gente pode ter a segurança que o país vai crescer e que a gente vai poder compartilhar esse crescimento com o restante do país, que é do tamanho de um continente, o Brasil.”



Deputada Pollyana Gama (PPS-SP)

“A divisão dos tributos acaba engessando os Municípios, em termos de investimento. Se você tem saúde e educação como obrigação, isso envolve recursos humanos. O nosso objetivo é colaborar pela justiça na distribuição de recursos.”



Senador Cidinho Santos (PR-MT)

“Temos uma desigualdade imensa na divisão de recursos, fica 60% com a União, 25% com os Estados e 15% com os Municípios. Nosso sonho é chegarmos em pelo menos 22% para participação dos Municípios.”



Deputado Goulart (PSD-SP)

“É muito importante a União dos prefeitos nesta Confederação. Eu vejo que a partir desta unidade vamos encontrar caminhos para diminuir problemas enormes aos Municípios, como a queda de receitas, a queda do FPM, entre outras coisas.”



Deputado Carlos Marun (PMDB-MS)

“Por ser presidente da comissão que discute a Reforma da Previdência, recebo as sugestões de reivindicações dos Municípios. Obviamente, não me cabe aprovar ou não essas sugestões, mas cabe incluir na discussão. Isso vai acontecer.”



Representantes do movimento municipalista



Deputado Hildo Rocha (PMDB-MA)

“Onde de fato ocorrem as políticas públicas é nos Municípios. É onde o cidadão busca educação e saúde. E a cada dia os Municípios estão mais sacrificados com a perda de receitas. Os prefeitos não podem se contentar com as pequenas emendas – ofertadas pelos parlamentares – que não resolvem os problemas dos Municípios. Os gestores têm de cobrar o pacto federativo.”



Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)

“As pautas municipalistas nem sempre são atrativas para o governo federal, porque têm de dividir receita, tem de cortar uma coisa aqui e outra ali para beneficiar Estados e Municípios. E a União nunca gosta de perder.”



Senadora Ana Amélia (PP-RS)

“O governo federal tem de parar de criar programas para os prefeitos executarem. Veja os casos das UPAs: é uma situação terrível, o governo deveria ter pegado o dinheiro e ampliado os programas de atendimento básico e de emergência nas instituições já existentes e não construir novas.”



Deputado Rogério Peninha (PMDB-SC)

“Há necessidades de muitas mudanças, por exemplo, na reforma tributária, percebe-se que grande parte da arrecadação dos impostos do Brasil está concentrada no governo federal. Nós precisamos acabar com essa romaria de prefeitos aqui em Brasília pelos ministérios com chapéu na mão pedindo aquilo que poderia ir direto para eles.”



Senador Humberto Costa (PT-PE)

“Os Municípios são hoje os Entes da Federação que passam por mais dificuldades e têm as maiores responsabilidades. A grande saída é sintonizar a sociedade com essas dificuldades que os Municípios têm hoje.”



Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

“Eu aqui em Brasília sou um porta-voz dos Municípios. Eu sou totalmente favorável que na repatriação os juros e as multas sejam repartidos com os Municípios. Os Entes municipais estão carentes, em alguns casos não têm recurso nem para pagar folha.”

Foto: Agência Senado

Reforma Previdenciária

Ziulkoski entrega ofício a presidente de comissão especial

Durante o almoço com parlamentares, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, entregou ofício ao presidente da Comissão Especial da Reforma Previdenciária, deputado Carlos Eduardo Marun (PMDB-MS). O parlamentar destacou que é fundamental a participação do movimento municipalista no processo de discussão da reforma. “Daremos toda a importância ao documento que está sendo entregue nesse momento”, disse.

No ofício, a CNM mostra preocupação quanto à dependência das economias locais em relação aos benefícios. A entidade destaca que é fundamen-

tal que a reforma seja acompanhada de medidas de fomento e de desenvolvimento de atividades econômicas locais. Em cerca de 500 Municípios, os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) representam mais de 25% do Produto Interno Bruto (PIB).

Para a Confederação, as alterações propostas têm impacto positivo para o grupo de Municípios com o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) instituído, tendo em vista que, ao alterar a concessão de benefícios, a tendência é melhorar a situação atuarial dos fundos a longo prazo. Por outro lado, é preocupante a relação dos Entes locais com



o Regime Geral.

“O fato de uma reforma desta envergadura não resultar em alteração das alíquotas pagas pelas prefeituras – hoje as maiores dentre os contribuintes – é um sinal de relação deturpada. Além de alíquotas exorbitantes, cobranças indevidas vêm consolidando uma dívida astronômica contra o erário municipal”, aponta a entidade no ofício.



Ag. CNM

Jurídico



CNM participa de audiência com a presidente do Supremo

Debater o impacto de decisões que podem mudar o atual cenário de crise enfrentado pela maioria dos Municípios. Esse foi o objetivo da audiência entre a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, durante a Semana Municipalista em Brasília.

O presidente da entidade, Paulo Ziulkoski, entregou à magistrada a pauta municipalista em tramitação no Judiciário. A ministra destacou que dará importância ao documento e falou sobre a necessidade de se observar a difícil situação enfrentada pelos Municípios. “Tivemos uma recepção muito boa. Nós estamos pedindo para a ministra que faça uma mediação, como tem feito com os governadores, no sentido de construir pautas positivas em benefício de todo o país, não só da prefeitura, mas do cidadão”, destacou Ziulkoski.

A reunião contou, ainda, com a participação de presidentes da Federação de Municípios do Rio Grande do Norte (Femurn), Luiz Benes Leocádio, da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Adelianna Dal Pont, e da Associação dos Municípios do Paraná (AMP), Ricardo Ortina.

O principal item apresentado à presidente do Supremo se refere ao cumprimento da Súmula Vinculante 8. Ziulkoski falou sobre a situação enfrentada pelos gestores municipais em relação ao endividamento municipal com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS). “Mostramos, entre outras distorções, a falta de cumprimento pela Receita da Súmula Vinculante 8, que fala do prazo prescricional e que tem imbutido um valor muito alto de correção. Assim, nós devemos rever ou fazer a aplicação da Súmula, que foi decisão do Supremo e não está sendo cumprida”, alertou.

A súmula define que devem ser expurgados dos débitos previdenciários os lançamentos com mais de cinco anos da data da ação fiscal da qual se originaram. Para a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), não cabe a aplicação desse expurgo sobre os débitos confessados. Além disso, a Receita executa entendimentos internos que atualizam, em cada parcelamento, os reflexos de lançamentos con-



siderados indevidos pela Suprema Corte.

A Confederação alertou a ministra que diversos Municípios vêm sendo penalizados em decorrência dos débitos previdenciários. A principal consequência é a retenção de valores do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Em 2014, um total de 759 Municípios teve ao menos um repasse zerado. Este número aumentou para 1.144 e 1.450 em 2015 e 2016, respectivamente.

Outras pautas

Os líderes municipalistas também falaram sobre a preocupação em relação à forma de correção do Piso Nacional do Magistério. A Constituição prevê que 40% dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) devem atender à melhoria da qualidade do ensino em outras áreas que não simplesmente salários. No entanto, em 2016, o comprometimento dos recursos do Fundeb com folha de pagamento chegou a 78,4%. A entidade destacou que a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.848/DF visa a impugnar o

critério de atualização do piso nacional aplicado nas remunerações dos professores da educação básica.

“Esse sistema já tornou insustentável a educação básica no país. Temos 1,2 milhão de professores contratados nas prefeituras. Isso gera uma carga de 24% para despesa de pessoal. Então, estamos mostrando o que representa esse impacto no Fundeb. Oitenta por cento hoje é a média nacional. Em mil Municípios já passa de 100%. Logo, na progressão em que está, entre cinco e dez anos, todo o dinheiro da educação vai só para o piso”, alertou Ziulkoski.

Os royalties também tiveram espaço durante a audiência. Até 2015, o conjunto de Municípios e Estados brasileiros deixou de receber através do Fundo Especial do Petróleo mais de R\$ 22,6 bilhões. O cálculo foi realizado pela Confederação com base nos valores publicados pela Agência Nacional de Petróleo, sendo, assim, montantes efetivos. “Houve um aceno de que talvez seja nesse ano o julgamento da decisão do recurso dos royalties, que será distribuído federativamente a todo o país. Isso é uma decisão muito aguardada”, destacou Ziulkoski.

Observatório Político



Municipalistas destacam projetos prioritários a presidente da Câmara

A Semana Municipalista em Brasília teve importantes resultados junto ao Congresso Nacional. Em encontro com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), gestores municipais liderados pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) e deputados federais pediram o apoio para a votação de pautas importantes aos Municípios em tramitação na Casa.

Na oportunidade, o presidente da Confederação, Paulo Ziulkoski, destacou os itens da pauta e ressaltou a necessidade de o Plenário da Casa aprovar o Requerimento 2.542/20158, que pede urgência para apreciação do projeto que prorroga o prazo para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. “É impossível os Municípios cumprirem o que está sendo exigido”, alertou.

Em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, a pauta municipalista foi entregue pela presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Adeliana Dal Pont. O encontro também contou com a participação de diretores da entidade, presidentes de entidades municipalistas estaduais.

O deputado Hildo Rocha (PMDB-MA) falou sobre a importância do encaminhamento ao movimento. “O presidente disse que vai se comprometer com essa pauta. Ele ressaltou a questão das dívidas previdenciárias dos Municípios. Ele disse, inclusive, que já conversou com o presidente Michel Temer sobre esse assunto. E nós temos uma emenda referente ao refinanciamento tratando sobre o tema. Então, já facilita. A CNM trouxe e nós representamos esse pleito, que, por meio de uma emenda, deverá ser atendida. Muitos Municípios não têm como pagar a dívida previdenciária”, destacou o parlamentar.



Zéca Ribeiro/Ag. Câmara

Marcha a Brasília

Ziulkoski também fez o convite ao presidente da Câmara para participar da *XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*. O evento ocorre de 15 a 18 de maio, em Brasília, e deverá reunir centenas de autoridades dos três Poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário. Rodrigo Maia afirmou que deverá estar presente no evento.

Observatório Político



Presidente do Senado, líderes do governo e de partidos recebem pauta municipalista

A Semana Municipalista em Brasília foi de atividades em pleno vapor no Congresso Nacional. Além da entrega da pauta prioritária de 2017 ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o documento com os pleitos municipalistas que tramitam no Senado Federal também foi entregue às principais lideranças da Casa.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), recebeu em seu gabinete as lideranças municipalistas para discussão da pauta e das prioridades do movimento que podem ser abordadas pelo Congresso Nacional. No caso, a derrubada do veto ao Imposto Sobre Serviços (ISS) conduziu o encontro. O veto do governo federal ao projeto de reforma da distribuição do ISS impede que os Municípios recebam cerca de R\$ 6 bilhões.

Eunício afirmou que, agora, como presidente do Congresso Nacional, vai continuar a mesma linha de seu antigo presidente, Renan Calheiros (PMDB-AL), ao atender às reivindicações municipalistas e estar sempre sensível às necessidades dos governos locais. Ele ainda falou que está à disposição do movimento e que colocará as pautas que tangem ao Senado e ao Congresso em apreciação de forma célere.

Outros encontros – Além de Eunício, a CNM também foi recebida por Calheiros, atual líder do PMDB no Senado. As lideranças municipalistas presentes destacaram a necessidade de obter o apoio da Casa em projetos importantes para os Municípios. Dentre esses, a distribuição dos recursos de repatriação.



Ag. CNM

Das mãos de Ziulkoski, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), recebeu documento com os pleitos dos Municípios. Ele demonstrou especial interesse nas proposições que abordam o parcelamento do débito previdenciário dos Municípios e se comprometeu a discutir a pauta com o presidente da República, Michel Temer, e com todas as lideranças partidárias.

Finanças

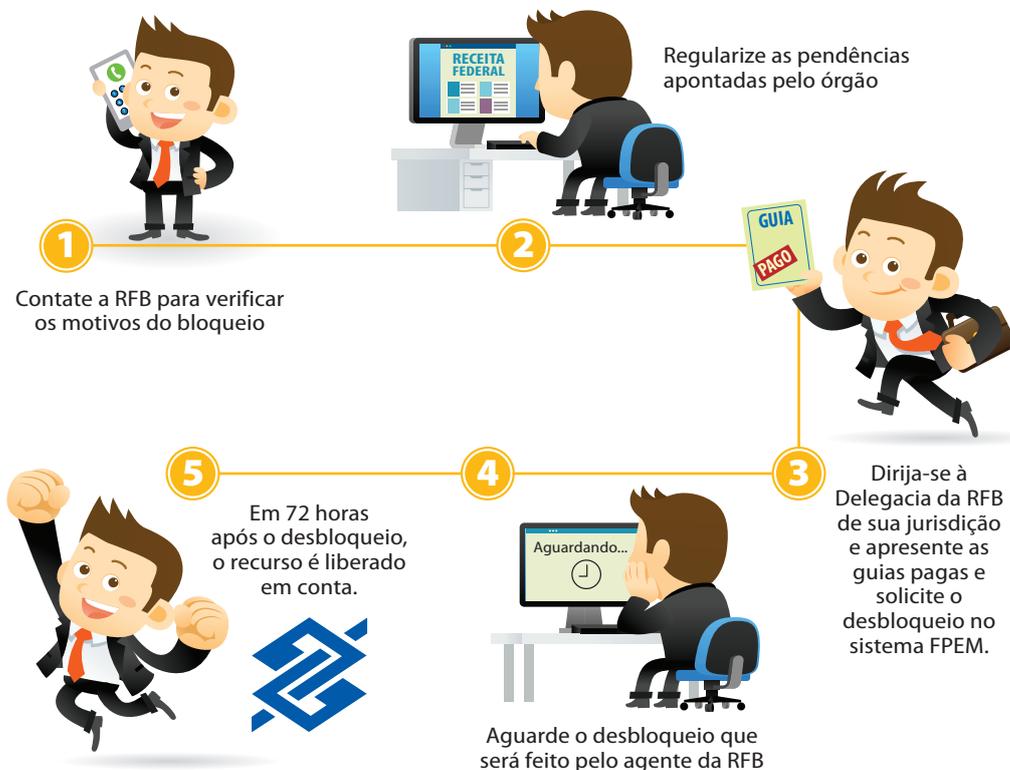


Saiba como evitar bloqueios da RFB no FPM

Todo dia 13 de cada mês, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) publica lista de Municípios que poderão ter o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) bloqueado por possuírem irregularidades no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB).

Essas irregularidades, em geral, são referentes a atrasos ou falta de pagamento do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), mas essa não é a única razão que pode bloquear o recurso; débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) também podem ser razão para o bloqueio. Desde janeiro, foram mais de 500 Municípios bloqueados.

Para que o Município tenha o desbloqueio do repasse, é necessário atender aos seguintes passos:



Governança eletrônica



Confederação é recebida por Gilberto Kassab em audiência

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, foi recebido pelo ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Gilberto Kassab. Na oportunidade, a CNM entregou ao ministro o convite para a **XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios** e solicitou o apoio do chefe da pasta à pauta municipalista.

Ziulkoski ressaltou que a participação no maior evento municipalista da América Latina é importante, principalmente para os gestores que estão em início de mandato, sedentos de informações e anúncios de medidas que podem auxiliar os Municípios.

Kassab brevemente explicou que a pasta tem algumas propostas para melhorar a gestão tecnológica e que poderá atender a algumas demandas dos Municípios. Além disso, o ministro sugeriu que fosse criado um grupo de trabalho composto pelo ministério e representantes dos Municípios para debater a pauta.

Marcha a Brasília – A respeito da **XX Marcha**, Kassab garantiu que participará. “Sempre participei da **Marcha**. Participei quando era prefeito e também participei como ministro. Eu vou”, garantiu.



Ricardo Fonseca/MCT

Finanças



Ziulkoski apresenta ao Confaz proposta municipalista para reforma tributária

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, participou de uma reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), em Brasília. O encontro teve como pauta a reforma tributária, e o líder municipalista foi um dos convidados para debater itens importantes da proposta. Um manifesto com sugestões da entidade à proposta de reforma tributária foi divulgado pela entidade, e algumas medidas apresentadas foram mencionadas pelo presidente.

Tema vital para os Municípios brasileiros, a reforma tem sido abordada em várias reuniões no Congresso Nacional. A Câmara dos Deputados, inclusive, criou uma comissão especial com o intuito de aprofundar o diálogo e simplificar o sistema tributário. A princípio, a ideia é unificar os tributos incidentes sobre consumo e produção, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Imposto sobre Serviços (ISS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), em um só.

Ele seria chamado de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), conforme explicou o relator da proposição, o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR). Seguindo um modelo consagrado internacionalmente, o tributo seria partilhado segundo o princípio do destino. Isso quer dizer que sua arrecadação deverá ser entregue a Estados e Municípios onde vive o consumidor que pagou o tributo, ponto defendido pela CNM.

Durante sua apresentação, Ziulkoski abriu o diálogo com a mesa resgatando um histórico da divisão das competências entre os Entes da Federação: União, Estados e Municípios. O líder municipalista falou da Constituição Federal, datada de 1988, que prevê a autonomia dos Entes, mas reforçou que os Municípios vêm acumulando um conjunto de novas atribuições, com reflexo direto sobre o orçamento municipal.

Como exemplo, o presidente trouxe a realidade dos programas federais. “Hoje temos mais de 300 programas federais e o que vemos é um subfinanciamento deles. O recurso que chega é apenas uma pequena parte. Cerca de 70%, às vezes 80%, do valor total quem banca é o Município”, desabafou.



Injustiça fiscal

Por esse motivo, Ziulkoski defendeu ponto da proposta apresentada pelo deputado Hauly, quando pretende destinar o IVA seguindo o local de sua arrecadação. Ele comentou que esse formato é não apenas mais justo, como também possibilita de modo mais direto que os impostos pagos retornem para a sociedade.

Sua fala foi centrada no ISS, um dos itens-chave na proposta da reforma tributária. “Nós temos um histórico de concentração de renda no país, em poucos Municípios. E essa distorção é que precisamos enfrentar”, disse. Ele defendeu que a cobrança do ISS seja feita no local do tomador do serviço, e não na sede das operadoras de cartão de crédito.

Essa descentralização tem sido defendida pela Confederação ao longo dos últimos anos, como forma de amenizar a injustiça fiscal existente no país. A entidade vem articulando junto ao Congresso Nacional a apreciação de matérias que possibilitem a partilha do Imposto com as cidades que não são sede das operadoras.

Tal mudança conta com o apoio do deputado Hauly, que acredita que o modelo proposto é “enxuto e funcional”. Segundo o parlamentar, “o país está travado. E, se a economia crescer, volta o fôlego para todo mundo”.

Visão municipalista

As sugestões mencionadas por Ziulkoski fazem parte de um manifesto elaborado pela entidade sobre a reforma tributária. No documento, a CNM aborda sua visão, composta por três pontos essenciais: o avanço na criação de um IVA puro que adote o princípio do destino, a transferência dos impostos sobre patrimônio para a esfera municipal, e a reforma do Imposto de Renda, com retomada da tributação de lucros e dividendos distribuídos a acionistas.

A Confederação lembra que o Imposto de Renda é um dos tributos que compõem o Fundo de Participação de Municípios (FPM). Portanto, pode influenciar positivamente ou negativamente os valores repassados aos Entes locais.

Otimismo

Ziulkoski encerrou sua fala destacando a importância do tema para todos os Municípios brasileiros. Reforçou, ainda, que acredita que é possível implementar a reforma, desde que haja uma sintonia dos Entes locais, dos parlamentares e dos demais órgãos representativos.

Também participaram do encontro o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Fazenda (Consefaz), André Horta Melo, o secretário-executivo do Confaz, Manuel Teixeira, além dos secretários de fazenda estaduais.

Movimento Municipalista



Presidentes de entidades estaduais confirmam presença na XX Marcha

Os presidentes de entidades estaduais confirmam presença na próxima edição da *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, de 15 a 18 de maio. O maior evento municipalista da América Latina completa 20 anos, e os representantes estaduais e regionais do movimento municipalista falam da importância da agenda.

Em geral, os entrevistados pela Agência de Notícias CNM destacaram que é fundamental que os prefeitos se mobilizem para virem à *Marcha*, com entendimento de que a união fará com que a voz dos Municípios seja ouvida nas mais altas esferas de poder, principalmente no Executivo e no Legislativo Federal.



Pedro Caravina – Assomasul/MS: “Para os prefeitos, a *Marcha* é a maior oportunidade para manifestar as reivindicações e chamar a atenção do Congresso Nacional e do governo federal. As pessoas moram e passam por dificuldades nos Municípios e este é o momento de lutarem por melhorias para a população.”



Adeliana Dal Pont – Fecam/SC: “Esse é um momento de união de todos nós, prefeitos e Municípios, para defesa de uma pauta que está no nosso dia a dia. Então, a vinda de todos os prefeitos para Brasília faz mostrar a nossa força, já que somos três Entes da Federação e é importante que se mostre a força do Ente municipal. À medida que os prefeitos forem conhecendo a pauta, principalmente os novos, e perceberem a importância dela para o nosso cotidiano, certamente a adesão à *Marcha* será cada vez maior.”



José Patriota – Amupe/PE: “Esse evento ficou marcado na história da política brasileira. É o evento número um de toda a América Latina e reúne os representantes da sociedade brasileira, que são os prefeitos, os Municípios, os vereadores e demais atores que atuam na cena política. A *Marcha para Brasília*, e para o Brasil, para colocar em pauta os assuntos que são prioritários na vida do povo brasileiro.”



José Reis – Amams/MG: “É de suma importância para o fortalecimento do municipalismo, principalmente neste momento que vive o Brasil e especialmente os Municípios. É um momento de reflexão, de aprendizagem, de explosão de ideias e de chamamento do Congresso Nacional e do Executivo Federal para as perspectivas de novos recursos aos Municípios.”



Gadyel Gonçalves – Aprece/CE: “Essa *Marcha* é de grande importância para todos os Municípios, tendo em vista as dificuldades que essas cidades enfrentam. Já foram várias conquistas em *Marchas* anteriores, e a Aprece fará uma grande mobilização para trazer o maior número possível de prefeitos do Estado.”



Expedito Nascimento – Ex-presidente Aprece/CE: “A CNM tem crescido bastante e tem trazido para dentro dela muitas responsabilidades. E os parlamentares, de forma geral, têm dado a sua contribuição, mas precisamos nos unir. Devo mencionar ainda o apoio decisivo do presidente Paulo Zulkoski, que tem feito um trabalho maravilhoso dentro e fora do Brasil.”



Luiz Benes Leocádio – Femurn/RN: “Sem dúvida nenhuma, a *Marcha* é um momento oportuno para que todos os gestores municipalistas de todo o Brasil primeiramente conheçam a força e a capacidade que tem a nossa Confederação. Além disso, é um momento para discutir as conquistas que nós já alcançamos até hoje e outras que deverão vir.”



Jairo Mariano – ATM/TO: “A *Marcha* é a oportunidade que todos os prefeitos têm de obter as mais diversas informações a respeito das grandes demandas que são levantadas pelos Municípios. Todos nós que integramos o municipalismo brasileiro devemos comparecer.”



José Barreto – Fames/SE: “Eu peço que os Municípios sergipanos compareçam a essa grande *Marcha*, que é um evento de grande relevância, trazendo mais conhecimento, possibilidade de interagir com outros Estados, para que a gente possa levar algo para os nossos Municípios.”

Igualdade



CNM promove GT e convida deputadas para lançamento do MMM na Marcha

Promover o debate sobre a participação feminina na esfera política brasileira. Esse foi um dos objetivos do grupo de trabalho (GT) promovido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) dentro do projeto Movimento Mulheres Municipalistas (MMM). A discussão fez parte da programação da Semana Municipalista. O projeto será lançado oficialmente durante a *XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, de 15 e 18 de maio.

Participam do GT a primeira-dama do Movimento Municipalista, Tânia Ziulkoski; a fundadora da CNM, Dalva Christofoletti; e as deputadas federais Jô Moraes (PCdoB/MG) e Carmen Zanoto (PPS/SC). Além delas, as prefeitas de Cocal de Telha (PI), Ana Célia; de Turvelândia (GO), Reila Aparecida; de Antônio João (MS), Márcia Marques; de São Bento do Uma (PE), Débora Severo; de Faro (PA), Jardine Viana; dois presidentes de entidades municipalistas: da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Adeliana Dal Pont, e da Associação dos Municípios do Estado do Amapá (Ameap), José Maria Lobato; outras, tais como secretárias e representantes de entidades estaduais, também compuseram a mesa de debate.

Após as apresentações, coordenadas por Tânia Ziulkoski, o presidente da entidade, Paulo Ziulkoski, falou aos presentes e enalteceu emocionado: “Estou há mais de 20 anos neste trabalho e falo com toda certeza que, sem minha mulher, Tânia, e minhas duas filhas, eu não estaria aqui. Elas são o pilar que me sustentam”.

Importância da mulher – O presidente falou ainda da importância da mulher em todos os ramos. “Hoje, as mulheres representam apenas 12% das prefeituras brasileiras e isso ainda é pouco. A participação da mulher é muito importante para o movimento municipalista. Por isso, a relevância de momentos como esse, que defendem o espaço de vocês, mulheres”.

A deputada Jô Moraes reforçou a importância do evento. “Eu considero muito oportuna a iniciativa da CNM de criar esse movimento de mulheres municipalistas. Primeiro, porque é uma forma de dar uma força às prefeitas e às administrações mu-

nicipais que enfrentam dificuldades. Segundo, porque reforça esse movimento de mulheres no Brasil para garantir os direitos que já existem no país”.

Participação da mulher – Já a deputada Carmen Zanoto garantiu que a participação da mulher no contexto político deve começar lá na ponta. “Estamos lutando por pautas. Se a gente não começar a ocupar nossos espaços desde as secretarias, as prefeituras, não vamos conseguir aumentar aqui no Congresso nossa participação, que hoje não chega a 30%”, explicou.

A presidente da Fecam, Adeliana Del Pont, explicou que “não é uma guerra, é um direito. Temos

o direito de compartilhar tantos cargos e espaços na política. E esse evento só reforça isso”.

Convite lançamento do MMM – Paralelo ao GT, Tânia Ziulkoski e Dalva Christofoletti foram ao Plenário da Câmara dos Deputados para convidar parlamentares a participar do lançamento do MMM. As representantes do municipalismo brasileiro fizeram o convite direto a nove deputadas, sendo estas: Geovânia de Sá (PSDB-SC); Raquel Muniz (PSD-MG); Jô Moraes (PCdoB-MG); Érika Kokay (PT-DF); Elcione Barbalho (PMDB-PA); Conceição Sampaio (PP-AM); Pollyana Gama (PPS-SP); Soraya Santos (PMDB-RJ); e Iracema Portela (PP-RJ).



Entenda o Movimento Mulheres Municipalistas

Em razão do reconhecimento do valor do trabalho das lideranças femininas na gestão pública municipal, bem como em toda a esfera política do país, a CNM reúne mulheres com liderança política para discutir e instituir um grupamento de mulheres que lutarão pela valorização do Ente Público Municipal na Federação Brasileira, pela produção e implantação de políticas públicas de inclusão, pela motivação às mulheres para a atuação na política nacional. Ele será denominado Movimento Mulheres Municipalistas.

A logomarca que identificará o movimento será da constelação popularmente conhecida como 3 Marias, que corresponde à inspiração para criação da iniciativa. Essas estrelas, que compõem o Cinturão de Orion, se destacam no céu do Brasil e possuem como características marcantes o seu brilho e alinhamento. As estrelas são sinais de guia, de destaque e de orientação.

As estrelas da marca simbolizam uma das cinco frentes de ação do projeto Movimento Mulheres Municipalistas: Representação Política; Fortalecimento da Pauta Municipalista; Ações Sociais; Discussões Políticas; e Intercâmbio de Experiências.

Assistência Social



Criança Feliz: estudo da CNM aponta graves problemas no programa do governo

O novo programa social Criança Feliz, realizado no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas), tem início com um importante problema de subfinanciamento, agravando a já difícil realidade enfrentada pelos Municípios. O alerta consta de estudo divulgado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), que apresenta os contrastes existentes no programa, tanto em relação ao financiamento quanto ao escopo técnico da ação.

A CNM calculou o percentual de investimento do governo federal em relação ao custo real aos Municípios. A Lei Orçamentária Anual de 2017 prevê a autorização de aproximadamente R\$ 328 milhões para as ações do Programa Criança Feliz neste ano. No entanto, estimativa da CNM – que considerou duas hipóteses de remuneração aos profissionais – aponta que os Municípios que aderirem ao programa gastarão, no mínimo, mais do que o dobro do valor repassado pelo governo federal apenas com a folha de pagamento das equipes de referência.

O programa determina o repasse a Municípios com até 20 mil habitantes, por exemplo, de um teto mensal de R\$ 5 mil. Porém, os gestores municipais terão – na melhor das hipóteses – um gasto de aproximadamente R\$ 14 mil por mês relacionadas apenas ao pagamento de pessoal. Para Municípios de outra faixa, a situação se agrava. Os de médio e grande porte têm um teto de cofinanciamento federal de R\$ 10 mil por mês, mas deverão gastar quase R\$ 57 mil.

Em relação à segunda hipótese – quando se considera a remuneração proposta pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) em entre-



vista –, o cenário se torna ainda mais impactante aos governos locais. Nesse caso, os custos quase dobram, mas o teto máximo de cofinanciamento federal permanece o mesmo. Para Municípios de médio e grande porte, por exemplo, o gasto médio mensal será dez vezes o valor do teto a que os Municípios terão direito, de R\$ 10 mil.

A Confederação alerta, ainda, que o programa não engloba os custos de operacionalização. O recurso se concentra apenas em uma parte do custeio – o pagamento de pessoal –, deixando de lado as demais despesas. Além disso, o Criança Feliz apresenta uma série de ações já realizadas pela política de assistência social.

Turismo



3º Encontro Brasileiro das Cidades Históricas Turísticas e Patrimônio Mundial

Definir uma agenda de desenvolvimento sustentável dos núcleos históricos, por meio da implantação de políticas voltadas às ações de preservação, promoção e de valorização do patrimônio natural e cultural. Esse é o objetivo do **3º Encontro Brasileiro das Cidades Históricas Turísticas e Patrimônio Mundial**.

O evento – promovido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), pela Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial (OCBPM) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) – ocorre nos dias 11 e 12 de abril, na sede da Confederação, em Brasília. As vagas são limitadas e as inscrições gratuitas podem ser feitas no site da entidade.

O encontro terá como destaque o debate do Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) 3155/2016. Na decisão, o órgão determinou ao governo federal que apresente plano de ação para elaboração e implantação de política nacional de gestão do patrimônio mundial da humanidade.

Além disso, estão em pauta o planejamento estratégico da Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial (OCBPM) e a estruturação de ações de demandas das Cidades Históricas e Patrimônio Mundial brasileiras.



Saúde



Siops: entidade orienta gestores municipais sobre como regularizar pendências

Ao longo dos últimos meses, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) vem alertando os gestores municipais sobre a importância de informar os gastos municipais com Saúde. No dia 1º de janeiro, venceu o prazo para prestação de contas referente ao 6º bimestre de 2016. Até essa data, 92% dos Municípios brasileiros não haviam reportado os dados, o que implica um conjunto de penalidades. A CNM traz orientações para normalizar possíveis pendências.

Segundo estabelece a Lei Complementar (LC) 141/2012, os Entes locais devem investir o percentual mínimo de 15% da Receita Corrente Líquida (RCL) em Saúde. E a comprovação dos gastos ocorre por meio do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops). O Município que não efetua a prestação de contas tem o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) suspenso, além de ser inscrito como inadimplente no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (Cauc).

O prazo legal para a homologação dos dados no Sistema encerrou no dia 30 de janeiro deste ano. Um levantamento feito pela CNM revela que, nessa data, um total de 5.117 cidades ainda não tinha enviado as informações. O grupo foi notificado pelo Ministério da Saúde para regularizar a situação em um período de até 30 dias, cujo limite ia até 2 de março.

A data marcava o último prazo possível para envio dos gastos em Saúde sem a aplicação de penalidade. Nesse dia, 2.565 Municípios estavam pendentes com

a homologação dos dados no Siops. Esse número caiu para 912, segundo registro feito no dia 10 de março. Acompanhe a evolução no gráfico.

ENTRAVES

A Confederação observou que, dentre as principais dificuldades para a não prestação de contas, está a falta do balanço geral. Neste ano, excepcionalmente, houve a troca de gestão nas prefeituras, episódio que não coincidiu com o calendário do Siops. E, como os dados são referentes ao ano de 2016, eles devem ser obtidos com o gestor anterior.

Outro ponto que também causa transtorno é a falta de investimento em Saúde. Conforme estabelecem a LC e o Decreto 7.827/2012, o percentual mínimo de 15% da RCL precisa ser cumprido obrigatoriamente. Do contrário, o repasse do FPM fica condicionado. Tendo em vista esses dois cenários, a Confederação elaborou um conjunto de orientações aos gestores municipais.

COMO RESOLVER AS PENDÊNCIAS

Se o Município não dispõe do balanço geral, por algum motivo, o atual prefeito deve acionar o gestor anterior mediante as ações competentes: improbidade administrativa, prestação de contas, ordinária de ressarcimento, ou requerer ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) a tomada de contas especial.

Em seguida, o gestor irá elaborar um ofício

relatando a situação do Município e justificando o não preenchimento do Siops no período específico de 2016. Nesse mesmo documento, será incluída uma cópia protocolada da ação inicial proposta contra o gestor anterior. O ofício precisa ser assinado pelo prefeito em exercício, com firma reconhecida em cartório e enviado pelos correios, com Aviso de Recebimento (AR).

O documento deverá ser endereçado para a diretora do Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento (Desid/MS), Ana Cristina da Cunha Wanzeler; e também para o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS/CGES/ DESID/SE/MS, Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo B, sala 475B, Brasília – DF.

Nos casos em que o Município não atingir o emprego de 15% da receita municipal em Saúde, a CNM lembra que haverá o condicionamento do repasse. Por exemplo, se o percentual gasto foi de 11%, os outros 4% restantes do orçamento serão deduzidos do repasse do FPM e ficarão vinculados em uma conta separada, para aplicação exclusiva na área.

O montante irá permanecer condicionado até que o Município comprove seu emprego na Saúde. No entanto, se o Ente local dispuser de recurso para cobrir esses 4% que faltaram, é possível declarar essa informação no módulo de gestores no Siops. Assim, o prefeito evita o redirecionamento do FPM, que será creditado integralmente.



Viva seu Município



Prefeituras mobilizam comunidade na campanha Viva seu Município

Mais uma vez, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) convocou os gestores municipais de todo o país para fazerem parte da campanha Viva seu Município. Entre os dias 20 a 24 de março, foi realizada a semana municipalista, momento em que as prefeituras abriram o diálogo com a comunidade para falar sobre as verdadeiras causas da crise.

A proposta era apresentar um balanço do Município, com informações sobre a receita, os gastos mensais e a realidade dos programas federais. Como alerta a Confederação, o repasse feito pelo governo federal não cobre os verdadeiros custos, ficando por conta da prefeitura arcar com essa diferença em um momento de dificuldades financeiras.

No hotsite da campanha, a CNM disponibilizou um conjunto de materiais para auxiliar os gestores na hora de apresentar esse contexto à população. Dentre eles, um panorama com informações específicas de cada Município nas áreas de Educação, Saúde, e um guia de mobilização, com dicas de atividades.

Os gestores municipais atenderam à convocação da entidade e promoveram um conjunto de ações. Passeatas pelos principais pontos do Município, atendimento à população, entrevistas nas rádios e emissoras de televisão locais foram alguns exemplos. O ponto alto da campanha aconteceu no dia 23 de março, data que mar-

cou um mês do lançamento do Viva seu Município deste ano.

Histórico – Criada em 2014, a campanha Viva seu Município foi uma iniciativa inédita da Confederação. Pela primeira vez, a entidade voltou o foco da ação para a comunidade. A realidade dos entes locais era dramática, e muitos deles agonizavam com a falta de recursos. Não havia perspectiva de melhora em um futuro próximo.

Foi quando a CNM, ciente da força do movimento municipalista, decidiu lançar o movimento nacional. O primeiro slogan “você nasceu aqui, não o deixe morrer”, fazia um apelo para a necessidade de garantir a sobrevivência dos Municípios brasileiros. O intuito era chamar a atenção das autoridades, além de aproximar a comunidade dos entraves locais. Desde então, a campanha Viva seu Município tornou-se uma ação permanente da CNM.



Participe do Grupo da Rede Municipalista no Telegram!

Os agentes municipalistas contam com uma ferramenta de comunicação direta com outros agentes do Brasil e também com a equipe de técnicos da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Trata-se do grupo da Rede Municipalista no Telegram.

O grupo é exclusivo para servidores efetivos ou não das prefeituras, indicados pelo prefeito e cadastrados na Rede. Tem como objetivo a troca de informações e debates sobre temas importantes para a gestão municipal. Os participantes também são avisados sobre cursos de capacitação, bate-papo semanais, entre outras atividades.

Para participar, basta solicitar o acesso pelo site www.rede.cnm.org.br, clicando no ícone

Participe da Rede no Telegram, localizado na parte superior do site.

Por que o Telegram?

O Telegram é um aplicativo similar ao *WhatsApp* com a vantagem de comportar até cinco mil pessoas em um grupo. Como a Rede Municipalista está crescendo exponencialmente, essa foi a alternativa encontrada de manter todos os integrantes em um único espaço *on-line*.

Regras de conduta – Como todo grupo que congrega muitas pessoas, algumas regras precisam ser estabelecidas para a manutenção da disciplina e da harmonia na troca de informações. Antes de solicitar a entrada no grupo, é importante que cada agente esteja ciente dessas regras. Elas estão disponíveis, em texto e vídeo, no site da Rede (www.rede.cnm.org.br).

Agente, garanta sua inscrição na XX Marcha

Os agentes municipalistas também são convidados a participar das atividades da **XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios**, que ocorre de 15 a 18 de maio, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB). Para eles, uma programação exclusiva está sendo organizada na terça-feira, 16 de maio. Será o 2º Encontro Nacional de Agentes Municipalistas, que, das 14h às 17h, contará com palestras sobre o funcionamento da Rede, pauta prioritária e ferramentas disponíveis. Para participar, o agente deve garantir sua inscrição na *Marcha* pelo site www.marcha.cnm.org.br.